

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 2, Número 1, Maio de 2013

Dossiê Primavera Árabe

Democracia Árabe ou Revolução Islâmica?

Hillel Fradkin

Não Haverá uma Revolução Islâmica

Olivier Roy

Dossiê China

**Reforma de Cima para Baixo ou
Revolução de Baixo para Cima?**

Cheng Li

Autoritarismo e Contestação

Zhenhua Su, Hui Zhao e Jingkai He

**O Putinismo sob Cerco:
Implosão, Atrofia ou Revolução?**

Lilia Shevtsova

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Diego Abente Brun
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Antonio Mitre
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Global Translations

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão (coord.)
Isadora Feitoza de Carvalho
Gabriela Gasparotto Souza

Apresentação

Egito, China e Rússia têm ocupado espaço crescente do noticiário internacional pela emergência de movimentos de contestação à ordem política estabelecida. No Egito, a contestação se transformou em revolta popular e resultou em mudança de governo e do regime político. Não é claro, todavia, dado o alto nível de instabilidade, quais serão as características – se mais ou menos democráticas – da nova ordem política em formação no maior país muçulmano do mundo árabe, peça-chave no complexo tabuleiro geopolítico do Oriente Médio. Na China e na Rússia, o cenário é outro. Nesses países, a ordem política estabelecida demonstra maior capacidade de reprimir e absorver os movimentos de contestação. Ainda assim, a incerteza política e o risco de instabilidade cresceram nas duas potências, ambas com assento no Conselho de Segurança da ONU e com relevância geopolítica global.

Os dois artigos que abrem esta edição apresentam visões contrapostas sobre os desdobramentos das “revoluções” no mundo árabe, em geral, e no Egito, em particular. Hillel Fradkin, do *think tank* conservador Hudson Institute, argumenta que está em curso uma revolução islâmica no Egito. Por trás de um discurso moderado e de adaptações táticas às circunstâncias, a Irmandade Muçulmana, principal força política do país, à qual pertence o presidente eleito, Mohamed Morsi, não teria abandonado o objetivo último de estabelecer um Estado islâmico. Esse propósito coincidiria com a aspiração do Egito “profundo”. A liderança da Irmandade Muçulmana e a maioria eleitoral islâmica condenariam as minorias urbanas, liberais e seculares a derrotas sucessivas até a eliminação de qualquer vestígio de democracia no país. O espectro do Irã ronda o Egito, na visão de Fradkin. As consequências para a região e para o mundo seriam funestas.

Olivier Roy, do European University Institute, discorda frontalmente. Em resposta a Fradkin, critica-o pela obsessão com uma suposta essência ideológica imutável da Irmandade Muçulmana. Que ela não é liberal e fará o que estiver ao seu alcance para manter e expandir o poder conquistado nas urnas, Roy não discute. Assim como não descarta que o Egito retroceda para um regime autocrático. Mas o novo regime não será expressão do islamismo radical. Um governo não democrático da Irmandade – se vier a existir— será social e culturalmente conservador, mas não revolucionário. O espectro do Irã não ronda o Egito. Ali, não há clero revolucionário coeso, líder carismático como foi o aiatolá Khomeini, organizações paramilitares capazes de se contrapor às Forças Armadas. Nem o Estado teocrático temido por Fradkin, nem necessariamente a democracia sonhada pelos jovens da Praça Tahrir. Para Roy, o futuro previsível do Egito se situará em algum lugar entre esses dois modelos.

O outro par de artigos desta edição é antes complementar do que antagonico entre si. “Reforma de cima para baixo ou revolução de baixo para cima”, de Cheng Li, da Brookings Institution, e “Autoritarismo e Contestação”, de Zhenhua Su *et alli*, professor da Universidade de Zhejiang, dão sequência ao “dossiê” sobre a China, iniciado no número anterior. Ambos colocam em xeque a tese de que o Estado e o Partido Comunista da China são invulneráveis aos impactos das transformações socioeconômicas em curso no país. Assinalam que a tese da invulnerabilidade do regime subestima não apenas os seus conflitos internos em torno da agenda de reformas, mas também a insatisfação social com o enorme poder monopolizado pelo partido, desgastado por sucessivos casos de corrupção e pela gestão desastrosa de crises sociais ou ambientais localizadas, mas frequentes. Os autores se referem ao número crescente de “incidentes de massa” (expressão oficial para protestos coletivos). A resposta do regime tem sido essencialmente repressiva. Os gastos com a manutenção da “estabilidade social” aumentaram a ponto de

equiparar-se às despesas com a defesa externa do país, afirmam. Seria insustentável a tentativa de encapsular repressivamente uma sociedade cada vez mais urbanizada, dinâmica e insatisfeita com a concentração de poder, riqueza e privilégios nas mãos da burocracia estatal e partidária, e de empresários com conexões especiais com os donos do poder. A questão que se coloca, para os autores, é se o medo de uma explosão social generalizada será suficiente para que a nova liderança chinesa se arrisque a fazer reformas que reduzam os privilégios do Estado e do Partido Comunista e ampliem a autonomia econômica e política da sociedade chinesa.

A perda de apoio social de regimes não democráticos é tema também do artigo que fecha esta edição. Sob a liderança de Vladimir Putin, se estabeleceu na Rússia um regime de poder crescentemente autoritário e personalista, a despeito da realização de eleições e da manutenção de um sistema pluripartidário. Em “O Putinismo sob Cerco: implosão, atrofia ou revolução?”, Lilia Shevtsova, do Centro Carnegie, de Moscou, descreve as características e analisa as causas do “Movimento de Dezembro”, a onda de protestos deflagrada ao final de 2011 depois que o partido de Putin conquistou a maioria parlamentar em eleições consideradas fraudulentas. Os protagonistas dos protestos foram membros da classe média dos principais centros urbanos do país, em geral mais jovens e mais instruídos que a média da população. A fraude eleitoral foi a gota d’água em um copo cheio de frustrações com as promessas de modernização política. Com Putin reeleito à presidência, em março de 2012, os protestos refluíram, não apenas pela ampla vitória eleitoral do líder russo, mas também pelas próprias dificuldades de organização e unificação do heterogêneo “Movimento de Dezembro”. Shevtsova, todavia, argumenta que as causas profundas dos protestos continuam presentes. A autora descrê da capacidade de auto-reforma do sistema de poder organizado por Putin. Reconhece, porém, que ele se assenta, por ora, em pilares suficientemente fortes para sustentá-lo: os interesses do complexo militar-industrial e de

energia, o nacionalismo russo e a apreensão dos governos ocidentais que preferem uma Rússia estável, ainda que não democrática, a uma Rússia em vias de mudanças imprevisíveis.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê Primavera Árabe

DEMOCRACIA ÁRABE OU REVOLUÇÃO ISLÂMICA?*

Hillel Fradkin

Hillel Fradkin é pesquisador sênior do Hudson Institute e diretor de seu Centro sobre Islã, Democracia e o Futuro do Mundo Muçulmano. Ele também é fundador e coeditor da revista Current Trends in Islamist Ideology (Tendências Atuais da Ideologia Islamita), do mesmo Instituto.

Em seu artigo *The Transformation of the Arab World* (“A Transformação do Mundo Árabe”), na edição de julho de 2012 do *Journal of Democracy*, Olivier Roy oferece uma interpretação abrangente da “Primavera Árabe” e de seu potencial de condução à democracia. De um modo geral, ele apresenta uma visão positiva sobre o resultado final dos acontecimentos atuais, embora apresente advertências a partir da perspectiva da democracia liberal ocidental. Ele sugere que os novos regimes árabes serão realmente democráticos, mas não necessariamente seculares nem liberais. Não obstante, argumenta que haverá uma tendência em direção a um tipo de secularização – uma “secularização política” do papel da religião. Mesmo que isso não produza uma ordem simplesmente liberal, seus efeitos poderão ser considerados quase liberais, desde que a agenda política não seja conduzida por

*Publicado originalmente como “Arab Democracy or Islamist Revolution?”, *Journal of Democracy*, Volume 24, Número 1, Janeiro de 2013 © 2013 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

uma ordem religiosa monolítica: “A religião não irá determinar como a política deverá ser, mas ela própria será reduzida à política”.

Essa, obviamente, é uma afirmação de peso. Ainda que as revoltas árabes tenham sido iniciadas por manifestantes “que exigiam dignidade, eleições, democracia, um bom governo e direitos humanos” – o que, com razão, se pode chamar de uma agenda secular, liberal e democrática –, eles não foram os principais beneficiários das eleições que se seguiram. Na verdade, como Roy corretamente observa, eles nem sequer tentaram ganhar essas eleições: “Eles simplesmente queriam estabelecer um novo cenário político”. Em vez disso, os beneficiários das eleições, especialmente no Egito, foram os partidos islâmicos. Mas esses partidos são portadores da tradição islamita e de seu projeto básico de construir um Estado islâmico no qual a religião, de fato, para usarmos as palavras de Roy, “determinará como a política deveria ser”. Por esse motivo, parece justo perguntar se o futuro poderá trazer não a democratização, mas sim um processo pelo qual os islamitas irão buscar e alcançar “sua suposta ‘agenda oculta’ de criar um Estado islâmico”.

A resposta de Roy a essa pergunta é um enfático não. Os islamitas foram “incapazes de estabelecer um modelo bem sucedido de Estado islâmico”. Além disso, “suas ambições utópicas mostraram-se incompatíveis com as realidades social, política e também geoestratégica existentes”. Como Roy nos lembra, ele destacou pela primeira vez “o fracasso do islamismo político” cerca de vinte anos atrás. Porém, essa consistência esconde uma diferença e até mesmo uma contradição. Duas décadas atrás, seus argumentos para proclamar que o islamismo político foi um fracasso foram sua incapacidade de assumir o poder onde quer que fosse e uma expectativa de nunca consegui-lo. Mas, agora, o islamismo assumiu o poder – pelo menos formalmente – no maior e mais importante Estado árabe.

O paradoxo é aparentemente resolvido pela visão de que a “concepção utópica dos islamitas de ‘um Estado islâmico’ perdeu credi-

bilidade”. Por ser “utópico”, estava condenado de qualquer forma. Entretanto, inúmeros questionamentos ganham força: aos olhos de quem, precisamente, o Estado islâmico perdeu credibilidade – aos olhos da Irmandade Muçulmana, cujo sucesso político chegou agora a seu ápice desde sua fundação em 1928? A Irmandade abandonou a visão histórica de seu fundador Hassan al-Banna? Ou, se ela ainda se mantém fiel a essa visão, será realmente forçada a abandoná-la diante das dificuldades criadas dentro do novo cenário político produzido pelos levantes árabes? Qual será o resultado da interação entre suas ambições e suas necessidades?

O ponto de vista de Roy pode ser resumido na sua conclusão de que “algo irreversível” ocorreu durante esses levantes: “Estamos testemunhando o início de um processo pelo qual a democratização está se enraizando nas sociedades árabes”. Em defesa de sua tese, Roy oferece vários argumentos, tanto políticos como sociológicos. Esses conjuntos de argumentos são interessantes, mas ambos também estão expostos a sérias dúvidas e dificuldades.

O Argumento Político

Embora Roy apoie-se mais em argumentos sociológicos, é apropriado começar pelos argumentos políticos e focar o caso do Egito e sua Irmandade Muçulmana. Há várias razões para isso: a controvérsia sobre o caráter e as perspectivas da “democracia árabe” permanecem sendo essencialmente questões políticas; o projeto islamita, com seu objetivo de criar um “Estado islâmico”, sempre demonstrou uma preocupação abrangente com a política; e o Egito irá oferecer o teste mais imediato e importante sobre a possibilidade desse projeto vir a se concretizar.

O argumento de Roy sustenta-se em três ideias principais. Primeiro, as circunstâncias em que a Irmandade e outros grupos islâmicos, como os salafistas, chegaram ao poder os colocaram “em um espaço

político moldado por certas dificuldades”. Em segundo lugar, os islamitas estão cientes de sua situação e se submeteram ou se submeterão a ela: “os islamitas mudaram, ou pelo menos entenderam que o mundo mudou”. Eles sabem que no comportamento apropriado “está sua única chance de permanecerem no centro da vida política”. Por fim, se eles não “aceitarem as exigências do processo de democratização [...] eles serão marginalizados”. Logo, queiram, ou não, os islamitas, a democratização triunfará.

É possível que, eventualmente, tudo isso venha a se concretizar. Todavia, no momento, a evidência política está fortemente voltada para uma direção diferente. Com certeza, a Irmandade encontrou obstáculos à realização de sua vontade. Mas, até agora, ela também tem mostrado uma capacidade excepcional de superá-los e de alcançar o sucesso político.

Como muitos outros, Roy esperava que um dos mais sérios obstáculos fosse o Exército. Outro constrangimento seria o descontentamento com a liderança entre os membros mais jovens da Irmandade e um terceiro seria imposto pelos desertores da Irmandade, que, fazendo alianças com outras forças políticas (tanto islamitas, como secularistas), poderiam prejudicar o grupo nas eleições presidenciais.

Durante meses, as coisas pareciam estar caminhando nessa direção. A Irmandade venceu as eleições parlamentares no final de 2011 e início de 2012, podendo, portanto, dominar a Assembleia Constituinte encarregada de redigir uma nova constituição. Mas os tribunais egípcios derrubaram essas conquistas, dissolvendo tanto o Parlamento como a Assembleia Constituinte. Na véspera da eleição presidencial de junho de 2012, vencida por Mohamed Morsi, da Irmandade, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) privou a presidência de seus poderes por meio de “decretos constitucionais complementares” e delegou a si próprio não apenas os poderes executivos, mas também todos os poderes legislativos. No início da campanha presidencial, o candidato presidencial mais carismático da Irmandade, Khairat al-Shater, foi impedido de concorrer. Seu substituto Morsi – um pro-

fessor de engenharia que muitos consideravam como um “estepe” – enfrentou uma dura campanha. Morsi ganhou, mas por uma margem estreita. Muitos acharam que seu apoio popular era pequeno e ele parecia confirmar isso pelos gestos fracos e apreensivos após sua vitória. Segundo um ponto de vista comum, os militares tiveram sucesso ao dar um verdadeiro “golpe”. O Marechal Mohamed Hussein Tantawi, chefe do CSFA, gabou-se dizendo que “o Egito nunca cairá. Ele pertence a todos os egípcios e não a um grupo específico [...] as Forças Armadas não permitirão isso [...] As Forças Armadas não permitirão que ninguém, especialmente aqueles pressionados por pessoas de fora, desviem-nas de seu papel de protetora do Egito”.

A Irmandade Muçulmana parecia ter pouco poder no novo “cenário político”. Além disso, parecia que ela estava sendo levada a carregar a culpa por todos os inúmeros problemas do Egito. Mais adiante, seu poder poderia se enfraquecer ainda mais.

Todavia, dentro de seis semanas, Morsi conseguiu isolar o CSFA e manter o Exército sob controle com a nomeação em série de novos oficiais. Ao mesmo tempo, o CSFA decretou que pretendia enfraquecer Morsi e que a Irmandade havia passado para o seu lado. Na ausência do Parlamento, Morsi adquiriu todos os poderes legislativos. Desde então, ele tem usado esses e outros poderes da presidência para preencher cargos em ministérios cruciais, principalmente com pessoas que apoiavam seus posicionamentos. Logo, a Irmandade parece ter encenado o seu próprio golpe.

A análise de Roy de como a dinâmica política do Egito se desdobraria foi escrita antes da derrota do Exército pela Irmandade e, portanto, seria injusto argumentar que ele deixou de levar isso em conta. Além disso, o final dessa história política está longe de ser escrito.

Mas não é injusto questionar se é suspeita a visão geral que Roy teceu sobre o “cenário político” ou o “espaço político”. Roy afirma que “as convicções dos atores políticos muitas vezes desempenham

um papel menor na formação de suas políticas do que os obstáculos aos quais eles estão sujeitos”. Isso pode muito bem ser verdade em um ambiente político normal, onde fatores constitucionais e outras disposições bem definidas impõem limites à ação política. Mas, frequentemente, *não* é verdade em situações revolucionárias (embora, naturalmente, alguns obstáculos também existam em casos como esses). Entretanto, segundo Roy, essa é uma consideração irrelevante, pois “não há nenhuma dinâmica revolucionária nem ideológica” no Egito (como havia, por exemplo, no Irã em 1979) que não seja, talvez, a dinâmica revolucionária que criou o novo “espaço político”. “Será difícil simplesmente fechar esse novo espaço, porque o que lhe deu vida em primeiro lugar – uma geração jovem, experiente e ligada, e um espírito de protesto – ainda está lá”. Esses são os verdadeiros revolucionários, enquanto a Irmandade, que de algum modo abandonou suas ambições utópicas, será forçada a operar dentro dos parâmetros democráticos estabelecidos pelos jovens manifestantes.

Todavia, parece que agora há, de fato, uma “dinâmica revolucionária” além daquela iniciada com as primeiras manifestações, e, pelo menos no momento, a Irmandade a está conduzindo. Ainda que isso não fosse facilmente previsível, com certeza não é inédito no histórico das revoluções modernas desde a Revolução Francesa, em que inícios moderados serviram de base para o sucesso das forças mais radicais. Nem mesmo é verdade, como sugerido por Roy, que a Irmandade não tenha desempenhado um papel importante e até mesmo decisivo na revolução anti-Mubarak. É verdade que os Irmãos Muçulmanos não estavam nas ruas na primeira semana, talvez devido aos hábitos de cautela cultivados durante longos anos de opressão do governo. Mas a Irmandade rapidamente levou seus grandes grupos a liderarem os protestos de fevereiro de 2011 que causaram a queda de Mubarak. É improvável que Mubarak tivesse sido derrubado sem eles.

Em todos os eventos, não parece que os Irmãos – assim como outros revolucionários – tenham se sentido obrigados a simplesmente

aceitar o novo “espaço político” com todas as dificuldades que este poderia lhes impor. Ao invés disso, a Irmandade procurou moldar esse espaço novo de modo a se beneficiar dele. Assim como foi com os líderes revolucionários do passado, o sucesso dos líderes da Irmandade dependerá da maneira como eles entendem o terreno politicamente relevante, de sua inteligência em explorá-lo e quanto, em termos de recursos, eles podem utilizar. Até agora, parece que estão tendo sucesso.

Diferentemente de alguns membros da Irmandade, os altos dirigentes do grupo entenderam quão fraco o Exército realmente era. Na época do “golpe militar”, a Irmandade indicou que não aceitaria uma derrota. Jihad al-Haddad, um assessor próximo e porta-voz de Khairat al-Shater, declarou que a situação existente era um “tabuleiro de xadrez”. Haddad também disse a um repórter que a Irmandade “sempre esperou uma luta longa para conquistar o poder” e “havia se preparado para um processo de sete a dez anos”¹. Certamente, a Irmandade precisava de uma ocasião apropriada para agir contra o Exército. Quando tal ocasião se apresentou, a Irmandade não demorou a reconhecê-la na forma de um ataque terrorista a uma base militar no Sinai. Naquela época, o grupo havia avaliado também as outras forças políticas do país, inclusive as seculares, e entendido que elas também teriam de apoiar o contragolpe dos Irmãos.

Mas, se o Egito ainda está no meio de uma situação revolucionária, é muito importante dar atenção “às convicções dos atores políticos” (suas perspectivas ideológicas e revolucionárias), e não apenas “às dificuldades às quais eles estão sujeitos”. Se Roy não o faz, é por causa de sua premissa analítica, e não pelo fato da agenda da Irmandade (como ele ironicamente sugere) ser meramente “suposta” ou “oculta”. Não é nenhuma das duas coisas, e Roy sabe disso.

Shater Fala

Mesmo que a Irmandade tente manter ocultas as suas táticas, estamos muito bem informados sobre suas convicções. Além de sermos

capazes de estudar a longa tradição ideológica do movimento, podemos consultar diretamente as opiniões de Khairat al-Shater, que é amplamente reconhecido como o cérebro da estratégia e das operações atuais da Irmandade. Ele as expôs em um longo discurso em abril de 2011². Nele, deixou claro que, pelo menos para ele, aquilo que Roy chama de “concepção utópica de um ‘Estado islâmico’” não tinha perdido sua “credibilidade”. Além disso, Shater respondeu com clareza, ainda que implicitamente, as dúvidas levantadas por Roy e por outros sobre a relevância da visão e da estratégia da Irmandade. Devido ao sucesso do grupo, até hoje suas observações merecem uma atenção cuidadosa.

Shater rejeitou completamente qualquer noção de busca por uma nova visão, espírito ou caminho. Pelo contrário, ele insistiu que a abordagem da Irmandade havia se mostrado correta e sido empreendida para que fosse possível reformulá-la e adaptá-la às presentes circunstâncias. Ele reafirmou enfática e explicitamente a meta de Banna, descrita por ele como

a restauração do islamismo em sua concepção abrangente; a subjugação do povo a Deus; a instituição da religião de Deus; a islamização da vida e o fortalecimento da religião de Deus; a criação da Nahda [Renascimento] da Ummah [a comunidade muçulmana global] e sua civilização com base no islamismo.

Com igual ênfase, ele reafirmou a sabedoria do “método” de Banna e seu sucesso, sucesso este que, na visão de Shater, havia sido revelado, e não contestado, pelos eventos recentes. O método de Banna era “construir” em uma ordem progressiva, começando pelo “indivíduo muçulmano” e passando pela “família muçulmana, pela sociedade muçulmana, pelo governo islâmico, pelo Estado islâmico global até [eventualmente] atingir a condição de Ustathiya [superioridade ou autoridade] com esse Estado”. Shater viu esse processo, que já tinha feito muito para transformar a sociedade muçulmana, entrando evidentemente na sua fase seguinte, a do governo islâmico, exatamente como Banna havia previsto.

Do mesmo modo, o sucesso atual também justificou o instrumento que Banna havia criado para aplicar esse método – a saber, a Sociedade dos Irmãos Muçulmanos –, bem como seu modo de organização e operação. Esse instrumento se distinguia pela cuidadosa organização hierárquica de seus vários subgrupos e pela rigorosa disciplina exercida por suas autoridades mais elevadas, o Guia Supremo e o Departamento de Orientação. Em consequência, a Irmandade foi capaz de prosseguir com sua missão de uma forma produtiva ao longo de muitos anos de extrema opressão. Nenhum outro grupo de muçulmanos foi igual a ela, nem teve um sucesso similar, não importando quão religiosos ou quão devotos aos objetivos gerais da Irmandade esses outros grupos possam ter sido. Foi por essa razão que a Irmandade estava bem preparada para a oportunidade atual.

Todos esses elementos – missão, método e organização – eram “constantes” e não “variáveis”, como Shater fervorosamente insistia. As constantes não estavam sujeitas à mudança, e nem mesmo precisavam estar, uma vez que eram derivadas do modelo mais alto e bem sucedido até agora: “o método do Profeta” (como Shater o chamava), oferecido por Maomé e por seus companheiros e primeiros sucessores. Seguindo esse modelo, a Irmandade criou membros individuais que eram “um Alcorão ambulante, cuja fé, devoção, maneiras, relações, comportamento, pensamentos e emoções eram idênticas ao islamismo que Maomé recebeu do Deus Todo Poderoso”. Além disso, ela aderiu firmemente à orientação de Umar ibn Al-Khattab, o segundo califa, que havia declarado, segundo Shater, que “não há religião sem uma Sociedade, nem Sociedade sem um Imã, nem Imã sem obediência”. Com base nisso, observou Shater, Umar foi o arquiteto da maior das primeiras conquistas muçulmanas e do Estado islâmico global que havia se prolongado por mil anos. A organização da Irmandade como uma sociedade – como a Sociedade – e sua disciplina haviam seguido o modelo de Umar e, como estava implícito, poderiam, assim, duplicar seu sucesso.

Mas, e quanto às “variáveis” que Shater reconheceu? Existiriam novas circunstâncias que pudessem ter exigido novos métodos e políticas na busca do que ele chamava de “trabalho da Irmandade” e que pudessem ter introduzido o elemento de “moderação” previsto por Roy e por outros? A resposta é sim, segundo Shater. A Irmandade estava reagindo a novas circunstâncias, formando, por exemplo, um partido político, o Partido da Liberdade e Justiça. A Irmandade nunca havia tido um partido antes, e o próprio Banna – por princípio – havia se oposto a tal movimento. Mas Shater enfatizou que essa e outras possíveis inovações eram inteiramente secundárias. Partidos políticos desse tipo eram de origem estrangeira, ocidental e não desfrutavam de nenhuma santidade específica. Em verdade, como instrumentos de conflito político, os partidos de estilo ocidental violam a unidade e a harmonia que são o objetivo da política muçulmana. Se eles passaram a ser úteis nas presentes circunstâncias, ótimo; caso contrário, eles poderiam e deveriam ser dispensados.

Mas, e quanto à possível “divergência entre os grupos”, especialmente entre os Irmãos mais jovens? Em seu discurso, Shater reconheceu e se esforçou para entender as preocupações e tentações dos jovens. Ele os alertou, no entanto, a se lembrarem de que eram inexperientes e de que estavam se tornando mais velhos sem o benefício das duras experiências sofridas por homens como ele próprio, que haviam passado muito tempo na prisão e sofrido outras grandes injustiças. Para a ala jovem do grupo, seria importante olhar para o futuro e para qualquer evento relevante à luz do princípio de disciplina da Irmandade. O grupo podia e cogitou um debate sobre as “variáveis”. Mas esse debate foi resolvido por meio de seus órgãos superiores e, quando as decisões eram tomadas, elas se tornavam obrigatórias. Isso era uma “constante”. E, de fato, ocorreram pouquíssimas deserções entre os Irmãos jovens, apesar das previsões de Roy e de outros.

A visão de Shater, como diz Roy, é utópica e, portanto, está propensa a falhar mais cedo ou mais tarde. Mas, com certeza, faz dife-

rença ser mais cedo ou mais tarde, como aprendemos pelas histórias dos movimentos utópicos europeus, como o comunismo e o nazismo, ou como a República Islâmica do Irã de Khomeini. Roy vê o regime iraniano como se ele estivesse num terreno instável, e, na verdade, ele está. A República Islâmica enfrenta agora contradições ideológicas internas, bem como o descontentamento público, podendo estar a caminho do colapso. Mas ela continua de pé depois de mais de trinta anos. Quanto tempo a revolução egípcia levaria para atingir seus objetivos e com quais consequências?

O Argumento Sociológico

A análise sociológica de Roy pode ser considerada, em parte, como uma resposta a esses problemas. Ele parece confiante de que a democratização colocará um fim à revolução em breve. Segundo Roy, novas forças estão em ação na sociedade árabe – as quais, presumivelmente, não existiam no Irã (uma afirmação bastante duvidosa) – e serão uma barreira mais poderosa para o projeto islamita do que os obstáculos políticos. Em parte, esses são o resultado dos efeitos da modernização sobre a sociedade árabe (nesse contexto, Roy menciona o impacto da educação universitária moderna sobre os jovens). Mas, em alguma medida, elas também são o resultado paradoxal da influência, durante os últimos 30 anos, do próprio projeto islamita: a rebelião contra a modernidade, o “retorno do sagrado” e a “re-islamização da vida diária”.

A modernização abalou o “modelo patriarcal” e enfraqueceu o “sistema autoritário hierárquico de transmissão do conhecimento”, especialmente para os jovens. Em consequência, os jovens são mais individualistas e menos suscetíveis à “influência das ideologias holísticas, sejam islamitas ou nacionalistas” e ao “apelo dos líderes carismáticos”.

A história da modernização pode parecer refutada pelo “retorno do sagrado”, mas a contradição é apenas aparente. O sagrado retornou

não na forma de uma restauração da tradição autoritária, mas sim de uma mistura de movimentos religiosos disputando a adesão dos jovens. O resultado é um aumento repentino não da religião, mas sim da “religiosidade”. As ligações que ela gera são fundamentalmente uma expressão da preferência individual, um tipo de aproximação da consciência individual que levou os cristãos e os demais a adotarem uma religião dentro das sociedades liberais. Os jovens muçulmanos árabes estão se tornando parecidos com indivíduos modernos, mesmo sem ciência disso. Politicamente falando, isso significa que nenhum projeto religioso uniforme pode prevalecer: “A religião não vai determinar como a política deverá ser, mas ela própria será reduzida à política”.

A evidência dessa conclusão é necessariamente preliminar, mas, mesmo assim, é altamente dúbia. Há muito tempo, tem sido corretamente observado que o movimento islamita tende a prejudicar uma grande parte da tradição muçulmana e “patriarcal”: desse e de outros modos, ele é “moderno”. Mas também é verdade que essa quebra da tradição era, desde o início, a intenção e o orgulho do movimento islamita, com seu apelo ao modelo dos Salaf As-Salah (os ancestrais virtuosos) – isto é, o verdadeiro ancestral. Além disso, sociologicamente falando, tem sido claro ao longo dos últimos 30 anos que muitos jovens do mundo muçulmano (e, muitas vezes, os mais instruídos dentre eles) aderiram ao movimento islamita como um refúgio aos encargos do individualismo moderno, e não como um caminho para a manifestação individual. Talvez os universitários egípcios que foram atraídos pela Irmandade e se sentiram abençoados pelos serviços que ela prestava sofriam daquilo que marxistas costumavam chamar de “falsa consciência”, enquanto que um desdobramento da dialética sociológica produzirá os resultados que Roy prevê. Mas isso ainda está para ser visto.

Roy também apela para a experiência europeia mais antiga e mais longa em relação ao estabelecimento de uma solução para a questão da religião e da política e, em particular, do surgimento da tolerância reli-

giosa como um princípio da vida política. Seguindo Roy, “a tolerância religiosa não foi o fruto do liberalismo e do Iluminismo. Pelo contrário, ela foi o produto de tréguas rancorosas em guerras selvagens da religião [...] A política desempenhou um papel maior do que a filosofia ou a teologia”. Nesse contexto, ele invoca a Guerra dos Trinta Anos, a fundação dos Estados Unidos e outros episódios da história ocidental moderna, e sugere que há uma analogia entre essa experiência e as atuais tendências do mundo árabe.

Mas o relato de Roy sobre a experiência ocidental se esquece de alguns elementos cruciais. Certamente é verdade que a moderna solução ocidental para a questão da religião e da política não parte diretamente do reino das ideias para a política, tendo sido mediada por experiências dolorosas e sangrentas. Mas também é verdade que, quando esse sofrimento produziu uma abertura para novas opiniões, estas últimas estavam disponíveis, precisamente porque o terreno havia sido preparado pelas obras de filosofia e teologia. Além disso, novas doutrinas de tolerância religiosa fizeram um extenso uso (talvez dissimuladamente, não obstante bem sucedido) das noções de “consciência individual” decorrentes do pensamento cristão, uma abordagem que está menos prontamente disponível em um contexto muçulmano. De qualquer modo, os únicos protagonistas da “teologia” ou do pensamento político no mundo árabe da atualidade são a Irmandade e os demais islâmicos. Como Roy observa, “há alguns pensadores religiosos reformistas que são elogiados aqui e ali no Ocidente, mas nenhum jamais teve muito apelo popular em nenhum país árabe”. Roy parece pensar que essa deficiência será resolvida pela absorção de noções modernas que alcançaram o *status* de moeda global. Talvez; mas como no passado, isso exigirá a superação da objeção – que, nos mundos árabe e muçulmano, é muito grave – de que essas noções são de origem externa.

A analogia de Roy com a história do Ocidente tampouco tem implicações positivas para a sociedade árabe no curto prazo. Pois, se essa analogia é precisa, ela indica que a sociedade árabe deverá passar,

primeiro, por um angustiante período de conflitos religiosos e políticos. A revolução islâmica, à medida que avança, poderá muito bem promover esse conflito com um amplo alcance. Roy aparentemente desconsidera isso com base na interpretação segundo a qual o islamismo político é um fracasso, que ele nunca poderá estabelecer o Estado islâmico e que a impossibilidade de seus objetivos será rapidamente evidenciada. Mas isso é para se ter uma visão mais serena da política revolucionária utópica. Quando os trotskistas e outros atacaram os comunistas soviéticos por deixarem de “atender ao ideal comunista”, os soviéticos ofereceram um “comunismo realmente existente” como justificativa e continuaram com seu governo sangrento de 70 anos no poder. Como Roy observa, os salafistas e outros islamitas mais extremistas podem atacar os Irmãos por não avançarem a todo vapor para criar o Estado islâmico “ideal”. Todavia, a Irmandade certamente será capaz de responder que seu projeto é um “trabalho em andamento”. Fazer com que esse argumento seja aceito dependerá de sua habilidade política.

É claro que a sociedade árabe poderá experimentar uma dose de política religiosa tão angustiante e prolongada que os árabes irão finalmente retornar para a “democratização” prevista por Roy. Mas essa não é exatamente uma perspectiva atraente para aqueles que atualmente vivem em países árabes ou para outros povos que devem lidar com as consequências internacionais da prolongada guerra religiosa no Oriente Médio.

— 31 de outubro de 2012

NOTAS

1. A citação do “tabuleiro de xadrez” de Haddad é de “Egypt’s Military Softens Tone as Vote Count Favors Islamist”, por David Kirkpatrick, *New York Times*, 18 de junho de 2012. As referências de Haddad a uma “longa luta” de sete a dez anos constam de “On Eve of Vote, Egypt’s Military Extends Its Power”, de David Kirkpatrick, *New York Times*, 15 de junho de 2012.

2. Todas as citações de Shater são do artigo “Tradução: Khairat al-Shater sobre o Crescimento da Irmandade Muçulmana”, *Current Trends in Islamist Ideology* 13 (2012): 127–57, disponível na página www.currenttrends.org/research/detail/khairat-al-shater-on-the-nahda-project-complete-translation.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>